GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado de Habitação

INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Concurso Público

ANALISTA DE GESTÃO ORGANIZACIONAL

ARQUIVOLOGIA

Data: 11/03/2012
Duração: 3 horas

Leia atentamente as instruções abaixo.

01- Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) Este Caderno, com 50 (cinquenta) questões da Prova Objetiva, sem repetição ou falha, conforme distribuição abaixo:

Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos
01 a 10	11 a 20	21 a 50

b) Um **Cartão de Respostas** destinado às respostas das questões objetivas formuladas nas provas.

02- Verifique se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **Cartão de Respostas**. Caso contrário, notifique **imediatamente** o fiscal.

03- Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do **Cartão de Respostas**, com caneta esferográfica de tinta na cor **azul** ou **preta**.

04- No **Cartão de Respostas**, a marcação da alternativa correta deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço interno do quadrado, com caneta esferográfica de tinta na cor **azul** ou **preta**, de forma contínua e densa.

Exemplo: A B ■ D E

05- Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 (cinco) alternativas classificadas com as letras (A, B, C, D e E), mas só uma responde adequadamente à questão proposta. Você só deve assinalar **uma alternativa**. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.

06- **Será eliminado** do Concurso Público o candidato que:

a) Utilizar, durante a realização das provas, telefone celular, bip, walkman, receptor/transmissor, gravador, agenda telefônica, notebook, calculadora, palmtop, relógio digital com receptor ou qualquer outro meio de comunicação.

b) Ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o **Cartão de Respostas.**

Observações: Por motivo de segurança, o candidato só poderá retirar-se da sala após 1 (uma) hora a partir do início da prova.

O candidato que optar por se retirar sem levar seu Caderno de Questões ***não poderá copiar sua marcação de respostas, em qualquer hipótese ou meio. O descumprimento dessa determinação será registrado em ata, acarretando a eliminação do candidato****.*

Somente decorridas 2 horas de prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu Caderno de Questões.

07- Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **Cartão de Respostas.** Os rascunhos e as marcações assinaladas no **Caderno de Questões** não serão levados em conta.

GOVERNO DO Rio de Janeiro

FUNDAÇÃO CEPERJ
Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro

Rio2016

www.ceperj.rj.gov.br
sac@ceperj.rj.gov.br

PORTUGUÊS

A consolidação da regularização fundiária como política urbana no Brasil

A promulgação da Constituição Federal em 1988 coroou o longo processo de democratização do país iniciado, ainda, no final dos anos 1970. A democratização do país foi a ocasião propícia para uma reflexão mais acurada sobre a integração socioespacial das camadas urbanas mais desprotegidas, tanto no plano jurídico quanto no plano social. Diante das pressões dos movimentos sociais urbanos, o capítulo constitucional sobre a política urbana (artigos 182 e 183) reconheceu que tanto a propriedade quanto a própria cidade devem exercer uma função social. Esse mesmo artigo estabeleceu que o município exerce, de agora em diante, um papel central na elaboração e na aplicação das políticas de desenvolvimento urbano local. O instrumento de base dessa política é doravante o Plano Diretor municipal, exigência constitucional para todas as cidades com mais de 20 mil habitantes. As disposições desse capítulo constitucional se focalizam, assim, na instituição de medidas aptas a dissuadir a concentração especulativa do solo, assim como possibilitar a legalização das formas informais de acesso à moradia.

Este último aspecto revela-se crucial diante do índice de informalidade fundiária das cidades brasileiras. Segundo Edésio Fernandes (2002, p.52), essa informalidade pode atingir, por exemplo, quase 50% da população das duas principais metrópoles brasileiras (São Paulo e Rio de Janeiro). Ao regulamentar as disposições do supracitado capítulo constitucional, a lei do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001) contribuiu para consolidar a regularização fundiária como uma das principais diretrizes da política urbana no Brasil. Antes de analisarmos as disposições da legislação brasileira sobre esse assunto, impõe-se, inicialmente, uma breve análise das diferentes questões sociopolíticas relativas à legalização do solo.

A regularização fundiária consiste em regularizar a posse dos habitantes e promover a urbanização do local sem recorrer à remoção da população para outras localidades. A regularização fundiária é frequentemente limitada à transferência de títulos fundiários, sobretudo os de propriedade privada. Medida, aliás, preconizada como "solução milagrosa" pelas instituições internacionais e celebrizada, nos últimos anos, pelos trabalhos do economista peruano Hernando de Soto. Os governos dos países em desenvolvimento abandonaram, a partir dos anos 1980, os esforços para a construção em massa de moradias populares na periferia das cidades e se concentraram, sobretudo, na ideia de que a legalização do informal, aliada a uma desregulamentação mais acentuada do mercado imobiliário, poderia atenuar o preço do solo, suscitando, enfim, uma oferta mais consistente de moradias, erguidas, geralmente, pela autoconstrução. O balanço que se obtém 20 anos mais tarde é, todavia, um enorme fracasso. A regularização fundiária, onde foi efetivamente realizada, liberou o solo e desencadeou uma pressão do mercado imobiliário sobre os bairros beneficiados que eram, até então, relativamente protegidos, justamente em razão da sua ilegalidade. O fenômeno atual de segregação urbana torna-se, assim, mais um produto derivado das leis de mercado que o resultado da recusa, por parte das autoridades públicas, do reconhecimento oficial da existência dos bairros informais. A solução do mercado originou outras formas de exclusão que apenas fizeram aumentar o círculo de informalidade, agora concentrado nas regiões cada vez mais periféricas, insalubres e/ou ecologicamente precárias das cidades.

Esse modelo, ao menos no caso específico das favelas, foi apenas parcialmente aplicado no Brasil. A política de urbanização das favelas, implementada a partir dos anos 1980, não foi necessariamente seguida da regularização fundiária plena desses espaços. A ilegalidade fundiária, conjugada à violência imposta pelos narcotraficantes num grande número de favelas, desestimula, nos dias atuais, a entrada dos grandes promotores imobiliários no mercado imobiliário das favelas. O fim das políticas de remoções em massa e a ausência de um controle público mais efetivo sobre o crescimento das favelas asseguraram, todavia, a relativa segurança da posse dos habitantes das favelas e o florescimento do mercado imobiliário no interior desses espaços. Esse mercado se apresenta concentrado nas mãos de alguns "latifundiários", muitas vezes ligados às redes mafiosas locais. A flexibilidade urbanística nas favelas permite, ainda, uma oferta consistente de habitações a preços reduzidos. A despeito da especulação imobiliária, as favelas se revelam, pelo menos por enquanto, um relevante meio de acesso à moradia para as camadas mais desfavorecidas das metrópoles brasileiras.

Nesse contexto, a regularização fundiária deve-se concentrar menos sobre uma lógica mercadológica de fluidificação das transações imobiliárias e de alargamento da base fundiária fiscal do município do que sobre a redução da insegurança que afeta as relações fundiárias, como aliás já destacou a campanha pela segurança da posse, promovida pela UN-Habitat, desde 1997. A precariedade jurídica do acesso ao solo nas favelas sempre serviu como justificativa não somente para as expulsões arbitrárias, mas também para a ausência de serviços públicos adequados nesses espaços. A insegurança fundiária também limitou o investimento dos moradores em suas casas e em seus bairros. A regularização fundiária se manifesta, assim, como um elemento imprescindível para se materializar o direito à moradia, integrando, aliás, esse direito específico ao leque de direitos que constitui o direito à cidade.

A legalização da moradia garante, de fato, direitos sociopolíticos às populações das favelas que adquirem recursos jurídicos indispensáveis para enfrentar os diferentes conflitos de ordem fundiária/imobiliária, seja entre vizinhos, seja ante os pretensos proprietários dos terrenos ocupados pela favela, ou mesmo ante as autoridades públicas. A regularização fundiária pode, por sua vez, desempenhar um importante papel na planificação urbana, por meio da imposição de regras urbanísticas às construções e ao uso do solo nas favelas. Dependendo da natureza do título outorgado aos habitantes, ela pode até mesmo contribuir ativamente para a gestão do fundiário, limitando tanto a excessiva valorização do solo quanto o aumento da exclusão espacial no interior das metrópoles.

(Adaptado de: GONCALVES, R.S. Repensar a regularização fundiária como política de integração socioespacial. *Estud. av.*, 2009, vol.23, n.66. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142009000200017&lng=en&nrm=iso>)

01. O texto defende a ideia de que a:

A) regularização fundiária das favelas é fundamental para garantir o direito à moradia das populações urbanas
B) legalização da moradia garante os direitos das populações das favelas pois promove a planificação urbana
C) precariedade jurídica do acesso ao solo nas favelas serve como mecanismo para garantir direito à moradia
D) legitimação da posse dos habitantes das favelas atenua o preço do solo e aumenta a oferta de moradia
E) realização da regularização fundiária desencadeou uma pressão do mercado sobre os bairros beneficiados

02. Segundo o texto, é correto afirmar que a Constituição Federal de 1988:

A) respondeu a uma reflexão inadequada sobre a política urbana ocorrida durante a redemocratização do país
B) garantiu a função social da propriedade, fazendo eco às reivindicações dos movimentos sociais urbanos
C) estabeleceu que o governo federal e os estaduais não têm ingerência sobre a política urbana
D) determinou que todos os municípios tenham um Plano Diretor que vise ao desenvolvimento urbano local
E) estimulou a criação do Estatuto da Cidade, que não funcionou em função da pressão do mercado

03. O texto é um fragmento de artigo acadêmico. Dentre as características desse gênero, o texto **não** apresenta:

A) predomínio da impessoalidade
B) citações explícitas de outros textos
C) preponderância de sequências descritivas
D) emprego da norma de prestígio
E) presença de argumentação

04. "Antes de analisarmos as disposições da legislação brasileira sobre esse assunto, impõe-se, inicialmente, uma breve análise das diferentes questões sociopolíticas relativas à legalização do solo."

(2º parágrafo)

No fragmento acima reproduzido, o emprego da 1ª pessoa do plural tem o papel de:

A) designar um sujeito coletivo que se responsabiliza pelo que foi dito
B) incluir enunciador e leitor, para aproximá-los
C) evitar a 1ª pessoa do singular como estratégia de polidez
D) marcar um sujeito institucional, representado pela universidade
E) indicar um enunciador coletivo, mas difuso e amplificado

05. No 4º parágrafo, a palavra "latifundiários" encontra-se entre aspas porque:

A) designa o signo linguístico em si mesmo
B) indica um uso diferente do sentido usual
C) delega a compreensão do sentido ao leitor
D) atribui a outros enunciadores o dito
E) sugere o seu pertencimento a outro código linguístico

06. "A precariedade jurídica do acesso ao solo nas favelas sempre serviu como justificativa não somente para as expulsões arbitrárias, mas também para a ausência de serviços públicos adequados nesses espaços [...]"

(5º parágrafo)

No fragmento acima reproduzido, "mas também" apresenta valor semântico de:

A) adversidade
B) causalidade
C) concessão
D) condição
E) adição

07. De acordo com o texto, no que diz respeito à política de regularização fundiária, o comentário correto para a chamada "solução milagrosa" é:

A) foi amplamente empregada por países desenvolvidos para a legalização das moradias informais
B) atenuou o preço do solo, mas fracassou principalmente nos países em desenvolvimento
C) realizou a regularização fundiária e proporcionou a diminuição do preço do solo urbano
D) fracassou, pois ocorreu uma pressão do mercado imobiliário nos bairros beneficiados
E) triunfou no Brasil, embora não tenha havido uma regularização fundiária plena das favelas

08. "Esse modelo, ao menos no caso específico das favelas, foi apenas parcialmente aplicado no Brasil."

(4º parágrafo)

No fragmento acima, o trecho entre vírgulas tem um papel:

A) explicativo
B) distributivo
C) enumerador
D) resumidor
E) comparativo

09. No texto, parte-se do pressuposto de que:

A) há serviços públicos adequados nos espaços legalizados e nos não legalizados
B) as favelas representam meio de acesso inadequado à moradia
C) os direitos sociopolíticos da população das favelas estão garantidos
D) ocorrem expulsões arbitrárias de cidadãos cujas moradias não são legalizadas
E) a exclusão espacial nas cidades brasileiras valoriza o solo

10. No texto usa-se em sentido figurado a palavra:

A) coroou *(1º parágrafo)*
B) crucial *(2º parágrafo)*
C) celebrizada *(3º parágrafo)*
D) narcotraficantes *(4º parágrafo)*
E) vizinhos *(6º parágrafo)*

CONHECIMENTOS GERAIS

11. De acordo com os princípios fundamentais expressos na Constituição do Estado do Rio de Janeiro, **não** se vincula à soberania popular:

A) sufrágio universal
B) plebiscito
C) referendo
D) iniciativa popular do processo legislativo
E) educação ampla

12. A Constituição do Estado do Rio de Janeiro organiza internamente os poderes do Estado, dentre os quais encontra-se o seguinte:

A) Igreja
B) Imprensa
C) Povo
D) Legislativo
E) Ministério Público

13. No exercício de sua autonomia, o Estado do Rio de Janeiro pode vincular-se a outros órgãos para consecução dos objetivos inerentes à proteção do patrimônio público, podendo, nessa trilha, nos termos da Constituição Estadual, estabelecer convênios com os seguintes órgãos, **exceto**:

A) União
B) Empresas Tabagistas
C) Municípios
D) Fundações Públicas
E) Estados Federados

14. Nos termos da legislação especial, o Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ) tem natureza jurídica de:

A) Fundação
B) Sociedade de Economia Mista
C) Autarquia
D) Secretaria
E) Empresa Pública

15. Nos termos da legislação estadual, o ITERJ possui inúmeras competências dentre as quais **não** se inclui:

A) desenvolver estudos e fixar critérios para a utilização das terras, sejam públicas ou privadas, e identificar terras abandonadas, subaproveitadas e reservadas à especulação
B) organizar serviços e documentação cartográfica, topográfica e cadastral, bem como de estatísticas imobiliárias necessárias para atingir os objetivos da política agrária ou fundiária
C) promover regularização fundiária e intermediar conflitos pela posse da terra
D) adquirir terras através de procedimentos judiciais ou extrajudiciais para regularização fundiária urbana e rural
E) fornecer subsídios financeiros para empresas que pretendam atuar no Estado com a finalidade de proporcionar desenvolvimento econômico

16. Nos termos da legislação estadual, o ITERJ possui autonomia financeira. Sobre esse tema, é correto afirmar:

A) O Instituto tem suas despesas custeadas totalmente pelo Tesouro Estadual mediante dotação orçamentária específica.
B) Os serviços prestados pelo ITERJ são gratuitos e realizados amplamente, inclusive fora do território estadual.
C) Poderão integrar o orçamento do ITERJ verbas obtidas de convênio com a União Federal.
D) O Diretor-Presidente do ITERJ é exclusivamente o gestor de contas do órgão.
E) O ITERJ não pode receber doações de entes privados ou contribuições de outras entidades públicas.

17. Nos termos da legislação específica, **não** se inclui nas atribuições do Conselho de Administração:

A) promover e incentivar a participação de instituições públicas e privadas na formação e realização da política fundiária
B) apresentar parecer conclusivo, aprovando ou não as contas do ITERJ, ao término do seu período de atuação, independentemente de o mesmo procedimento ser adotado quando do encerramento do exercício financeiro
C) compatibilizar a ação do ITERJ com as normas e diretrizes da Política Agrária Nacional
D) propor a celebração de convênios de cooperação técnica e a promoção de intercâmbio com entidades nacionais e estrangeiras
E) propor a política de atuação a ser executada nos assentamentos

18. Nos termos da Constituição Estadual, devem ocorrer incentivos a determinadas atividades no setor pesqueiro, dentre as quais cita-se:

A) aquicultura
B) equinocultura
C) pescocultura
D) camarocultura
E) vacumcultura

19. Com a realização da Rio mais 20 no ano de 2012, os olhares novamente são postos no Rio de Janeiro em tema ambiental. A Constituição do Estado do Rio de Janeiro, quando ocorre a utilização de recursos naturais com finalidades econômicas para fins de custeio da fiscalização e recuperação dos padrões de qualidade ambiental, prevê a criação de:

A) imposto
B) taxa
C) contribuição
D) tarifa
E) preço

20. Nos termos da Política Urbana regulamentada pela Constituição do Estado do Rio de Janeiro, é correto afirmar que é assegurada, quanto às áreas faveladas e de baixa renda, como regra geral, **exceto**:

A) urbanização
B) regularização fundiária
C) titulação
D) remoção dos moradores
E) preservação do meio ambiente

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. O documento cuja forma escrita, exigida pelo sistema jurídico, configura a existência do ato, como por exemplo, um contrato celebrando um convênio, é chamado de documento:

A) probativo
B) de apoio
C) narrativo
D) dispositivo
E) de contexto

22. A mensagem transmitida pelo documento é chamada de:

A) conteúdo
B) forma
C) ação
D) suporte
E) contexto

23. A informação deve estar disponível no lugar certo, na hora certa, para as pessoas certas e com o menor custo possível. Este é o princípio básico da:

A) gestão de documentos
B) administração de arquivos
C) ordenação documental
D) terminologia arquivística
E) teoria arquivística

24. O processo feito através da análise e seleção de um documento, com vistas à fixação de prazos para sua guarda ou eliminação, contribuindo, assim, para a racionalização dos arquivos, denomina-se:

A) destinação
B) avaliação
C) transcrição
D) transferência
E) descrição

25. O primeiro instrumento de pesquisa a ser elaborado tanto para os fundos de arquivos públicos, quanto para os de arquivos privados, é o:

A) relatório de atividades
B) conteúdo do documento
C) manual de tarefas
D) inventário sumário
E) planejamento arquivístico

26. O que indica se uma guia é primária, secundária, subsidiária ou especial é a:

A) projeção
B) localização
C) posição
D) expansão
E) notação

27. A maneira como os documentos estão dispostos, levando-se em conta a classificação e a codificação adotadas, constitui a etapa de:

A) armazenamento
B) trâmite
C) ordenação
D) autuação
E) distribuição

28. A espécie dos documentos está ligada a seu aspecto formal. Existem várias maneiras de registrar as informações nos documentos. Os formados por registros que fundamentam fatos ou ocorrências são chamados atos do seguinte tipo:

A) de assentamento
B) normativos
C) enunciativos
D) de ajuste
E) de correspondência

29. Os documentos de valor secundário constituem os arquivos classificados como:

A) correntes
B) temporários
C) pré-arquivos
D) transitórios
E) permanentes

30. São formas de eliminação de documentos:

A) fumigação e incineração
B) laminação e venda
C) fragmentação e maceração
D) alisamento e doação
E) desinfestação e transferência

31. A Remington Rand criou um método padronizado, utilizando as cores como elementos auxiliares para facilitar não só o arquivamento, como também a localização dos documentos. É o método chamado:

A) Variadex
B) Rôneo
C) Mnemômico
D) Unitermo
E) Soundex

Observe cada um dos grupos listados nas questões de números 32, 33, 34, 35 e 36 e organize os documentos de acordo com o método indicado:

32. Método Alfabético.

1- M. Lopes Filho
2- Marcelo Castro
3- Maurício Lopes
4- Marcelo Castro Neto
5- Maurício Lopes Filho
6- Marcelo Castro Junior

A ordenação correta é:

A) 2 – 6 – 4 – 3 – 1 – 5
B) 2 – 6 – 4 – 1 – 3 – 5
C) 2 – 1 – 5 – 6 – 3 – 4
D) 2 – 5 – 1 – 3 – 4 – 6
E) 1 – 2 – 6 – 3 – 4 – 5

33. Método Alfabético.

1- General Luiz Carlos Vieira
2- Professor Renato Santa Rita
3- Dr. Ricardo Abreu Filho
4- Ministro Paulo Melo
5- Professora Regina Santa Rita
6- Coronel Mário Sales

A ordenação correta é:

A) 6 – 3 – 1 – 4 – 2 – 5
B) 1 – 6 – 4 – 5 – 2 – 3
C) 3 – 4 – 6 – 5 – 2 – 1
D) 3 – 4 – 6 – 2 – 5 – 1
E) 1 – 2 – 5 – 6 – 4 – 3

34. Método Alfabético.

1- O Globo
2- El País
3- La Nación
4- Le Monde
5- Extra
6- Zero Hora

A ordenação correta é:

A) 2 – 5 – 3 – 4 – 1 – 6
B) 6 – 2 – 3 – 4 – 1 – 5
C) 2 – 5 – 6 – 3 – 4 – 1
D) 5 – 2 – 4 – 3 – 1 – 6
E) 5 – 1 – 4 – 3 – 2 – 6

35. Método geográfico na modalidade estado, cidade e correspondente.

1- Belo Horizonte – Minas Gerais – Alice Gomes
2- Amazonas – Manaus – Sergio Lopes
3- Bahia – Salvador – Mauro Aguiar
4- Caxambu – Minas Gerais – Sonia Reis
5- Ilhéus – Bahia – José Dias
6- Araxá – Minas Gerais – Marina Alves

A ordenação correta é:

A) 2 – 3 – 5 – 1 – 6 – 4
B) 2 – 5 – 3 – 6 – 4 – 1
C) 1 – 5 – 6 – 3 – 2 – 4
D) 3 – 6 – 5 – 1 – 2 – 4
E) 5 – 3 – 2 – 4 – 1 – 6

36. Método geográfico na modalidade cidade, estado e correspondente.

1- Curitiba – Paraná – Luiz Reis Filho
2- São Paulo – Itu – Rui Lemos
3- Campinas – São Paulo – R. Paes
4- Pará – Belém – Lia Castro
5- Paraná – Curitiba – L. Reis
6- Alagoas – Maceió – Léa Castro

A ordenação correta é:

A) 4 – 3 – 1 – 5 – 2 – 6
B) 2 – 1 – 5 – 3 – 4 – 6
C) 4 – 3 – 5 – 1 – 2 – 6
D) 6 – 4 – 2 - 5 – 1 – 3
E) 5 – 6 – 4 – 1 – 3 - 2

37. Quanto ao gênero, os documentos de arquivo podem ser classificados como:

A) escritos ou textuais, cartográficos, iconográficos, filmográficos, sonoros, micrográficos, informáticos
B) manuscritos, datilografados, impressos, informáticos, filmográficos, sonoros, micrográficos
C) escritos ou textuais, cartográficos, gráficos, impressos, datilografados, sonoros, micrográficos
D) públicos, escritos ou textuais, cartográficos, sonoros, informáticos, impressos, filmográficos
E) particulares, oficiais, públicos, escritos ou textuais, impressos, sonoros, iconográficos

38. Segundo a extensão de sua atuação (abrangência), os arquivos podem ser:

A) especiais e centrais ou gerais
B) regionais e centrais ou gerais
C) comerciais e setoriais ou centrais
D) públicos e centrais ou gerais
E) setoriais e centrais ou gerais

39. O arquivo que é composto do conjunto de documentos que, por vários motivos, permanece próximo do arquivista e é de fácil acesso denomina-se:

A) permanente
B) central
C) departamental
D) corrente
E) histórico

40. O local ao qual se destinam materiais resultantes dos serviços específicos ou não de cada organização e/ou instituição, os chamados "documentos", com características como infungibilidade, de unicidade, de provas, de prazo denomina-se:

A) Biblioteca
B) Museu
C) Centro de Documentação
D) Arquivo
E) Centro de Informação

41. A atividade que se ocupa da estrutura formal dos atos escritos de origem governamental e/ou notorial é a:

A) filatelia
B) heráldica
C) diplomática
D) paleografia
E) filologia

42. Os métodos de arquivamento pertencem aos dois sistemas básicos de acesso:

A) direto e indireto
B) público e privado
C) secreto e público
D) sigiloso e privado
E) objetivo e subjetivo

43. Quando o volume e a diversidade de assuntos da documentação a ser arquivada são pequenos, deve-se adotar um método alfabético, que poderá obedecer à ordem:

A) enciclopédica ou composta
B) dicionária ou enciclopédica
C) dicionária ou cronológica
D) duplex ou decimal
E) simples ou decimal

44. Quanto à natureza do assunto, os documentos podem ser classificados em:

A) públicos e privados
B) correntes e permanentes
C) administrativos e públicos
D) públicos e particulares
E) ostensivos e sigilosos

45. Fotografias, diapositivos, desenhos e gravuras são classificados como documentos do gênero:

A) iconográfico
B) audiovisual
C) cartográfico
D) informativo
E) sonoro

46. O registro e o controle dos documentos devem ser realizados por meio de:

A) requerimento
B) cartas
C) protocolo
D) ofício
E) memorando

47. No arquivamento, pelo método alfabético, utiliza-se o seguinte elemento principal:

A) número
B) nome
C) data
D) classe
E) assunto

48. Para alfabetação, os nomes estrangeiros são considerados pelo último sobrenome, salvo nos casos de nomes:

A) italianos
B) gregos
C) portugueses
D) espanhóis
E) franceses

49. O método de arquivamento ideográfico alfabético pode ser de dois tipos:

A) enciclopédico e dicionário
B) enciclopédico e cronológico
C) decimal e duplex
D) dicionário e cronológico
E) duplex e simples

50. A descrição é a única maneira de possibilitar que os dados contidos nas séries e/ou unidades documentais cheguem até os pesquisadores. A descrição é uma das tarefas dos arquivos classificados como:

A) administrativos
B) correntes
C) setoriais
D) especiais
E) permanentes